

Portaria Presidência Nº 1356/2018 TRE/PRESI/DG/SGP/COPES/SEREF, de 14 de novembro de 2018

Dispõe sobre a instituição do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas.

**O DESEMBARGADOR SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS**, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

**Considerando a determinação contida no despacho proferido pelo Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Conselheiro Relator, no bojo do Acompanhamento de Cumprimento de Decisão nº 0002822-59.2018.2.00.0000**, do Conselho Nacional de Justiça, instaurado para acompanhar o cumprimento da Resolução CNJ nº 240/2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário;

**Considerando** o disposto no art. 11 da Resolução CNJ nº 240/2016, que trata da implantação do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas no âmbito de cada Tribunal;

**Considerando** a decisão proferida no **Processo SEI nº 0013396-66.2018.6.18.8000**;

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Constituir *ad referendum* da Corte do TRE-PI o **Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí**, o qual funcionará como órgão colegiado de natureza deliberativa das ações relacionadas à Gestão de Pessoas.

**Art. 2º** O Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas do TRE-PI será constituído pelos seguintes membros:

I – titular da Diretoria-Geral; ([Redação dada pela Portaria Presidência nº 381/2025](#))

II – titular da Secretaria de Gestão de Pessoas; ([Redação dada pela Portaria Presidência nº 381/2025](#))

III – revogado; ([Revogado pela Portaria Presidência nº 381/2025](#))

IV – 1 (um) servidor indicado pelo Tribunal;

V – 1 (um) servidor indicado pelo Tribunal a partir de lista de inscritos aberta a todos os

interessados;

VI – 2 (dois) servidores eleitos por votação direta entre os servidores, a partir de lista de inscrição;

VII - 1 (um) servidor indicado pela Associação de Servidores da Justiça Eleitoral. ([Redação dada pela Portaria Presidência nº 381/2025](#))

§ 1º Os membros designados para o grupo de trabalho de que trata este artigo terão mandatos de 2 (dois) anos, com 1 (uma) possível recondução

§ 2º O Comitê Gestor Local será coordenado por membro eleito por seus próprios integrantes. ([Redação dada pela Portaria Presidência nº 381/2025](#))

§ 3º Será indicado 1 (um) suplente para cada membro do Comitê, observada a proporcionalidade de gênero. ([Redação dada pela Portaria Presidência nº 381/2025](#))

§ 4º O TRE/PI adotará as medidas necessárias para proporcionar aos membros do Comitê Gestor condições adequadas ao desempenho de suas atribuições, sendo facultada a designação de equipe de apoio às suas atividades.

§ 5º Na hipótese de não haver inscritos para os membros de que tratam os incisos V e VI deste artigo, nas vagas de membros e suplentes, caberá ao Presidente indicar os membros e/ou respectivos suplentes para completar a composição do Comitê, observada a proporcionalidade de gênero. ([Redação dada pela Portaria Presidência nº 381/2025](#))

§ 6º Na indicação dos membros do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas de livre escolha do Tribunal, bem como nos casos previstos no § 5º do art. 2º, deverá ser observada a proporcionalidade de gênero, garantindo-se a participação equânime de homens e mulheres, em consonância com a Resolução CNJ nº 255/2018 e suas alterações posteriores. ([Acrescentado pela Portaria Presidência nº 381/2025](#))

§ 7º O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí adotará medidas para estimular a inscrição de mulheres nas listas de interessados para os cargos previstos nos incisos V e VI do art. 2º, de modo a fomentar a participação feminina também nos cargos de escolha por eleição ou lista de inscritos. ([Acrescentado pela Portaria Presidência nº 381/2025](#))

**Art. 3º.** Compete ao Comitê de Gestão de Pessoas:

I – propor e coordenar plano estratégico local de gestão de pessoas, alinhado aos objetivos institucionais e às diretrizes desta Política;

II – atuar na interlocução com a Rede de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário, compartilhando iniciativas, dificuldades, aprendizados e resultados;

III – monitorar, avaliar e divulgar o desempenho e os resultados alcançados pela gestão de pessoas;

IV – instituir grupos de discussão e trabalho com o objetivo de propor e de subsidiar a avaliação da Política e medidas de Gestão de Pessoas.

**Art. 4º.** Caberá à Secretaria de Gestão de Pessoas deflagrar procedimento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da publicação desta Portaria, com vista a viabilizar a constituição do Comitê Gestor de Gestão de Pessoas.

**Art. 5º.** Os integrantes do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas serão designados por meio de Portaria da Presidência deste Regional.

**Art. 6º.** Os casos omissos serão decididos pela Presidência deste Tribunal.

**Art. 7º.** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 8º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Desembargador SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS**

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, em exercício

Este texto não substitui o publicado no DJE nº 234, de 20/11/2018.